

13º Congresso Estadual da APP-Sindicato termina hoje

Evento acontece em Maringá com a participação de 700 professores(as) e funcionários(as) de escola

Com o tema “Quem luta educa. A educação liberta!”, está terminando hoje (28) o 13º Congresso Estadual da APP-Sindicato. O evento teve início na segunda-feira (27), em Maringá, com a participação de 700 professores(as) e funcionários(as) de escola para discutir os desafios enfrentados na educação e aprovar o plano de lutas do sindicato para os próximos quatro anos.

Hoje será realizada a plenária final e uma assembleia estadual extraordinária. “O evento ocorre com o desafio de organizar a nossa categoria para uma resistência muito ativa, para que possamos barrar o processo de destruição do serviço público, seja em nível federal ou estadual com o go-



Congresso da APP-Sindicato é um dos maiores eventos do Brasil de debate da educação pública

verno Ratinho Junior”, destaca o presidente da APP-Sindicato, professor Hermes Silva Leão.

Ontem (28), as ativi-

dades se concentraram na apresentação de propostas e trabalhos em grupo. Segundo Hermes,

a participação, a leitura

e a reflexão fazem parte da tradição dos Congressos da APP-Sindicato. “Todos os participantes buscam sempre o equi-

Foto: Joka Madruga

líbrio e a sabedoria para que possamos aprovar aqui um plano de lutas que seja uma ferramenta importante nessa organização”, disse.

No primeiro dia, a programação contou com uma explanação sobre a conjuntura nacional e internacional, debates e reuniões de grupos. Para o presidente da APP-Sindicato, o Congresso iniciou com uma voz coletiva muito forte, onde diversas entidades representantes da classe trabalhadora, movimento estudantil e das universidades estiveram juntas reafirmando o compromisso em defesa da educação pública.

Após o encerramento do evento, as deliberações do 13º Congresso Estadual da APP-Sindicato serão publicadas no site www.appindicato.org.br.

Governo Ratinho Junior admite falhas em decreto que ataca servidores(as) e sindicatos

Entidades denunciam prática antissindical, rejeitam prorrogação de prazo e exigem revogação

Em audiência realizada no Ministério Público do Trabalho (MPT), o governo Ratinho Junior admitiu que há falhas no decreto que ataca o acesso de servidores(as) públicos(as), civis e militares, a serviços como plano de saúde, proteção jurídica e convênios oferecidos por sindicatos e associações.

Por entender que se trata de uma medida autoritária e prática antissindical, as entidades

exigem a revogação do ato. A reunião aconteceu na última segunda-feira (27) e uma nova audiência foi marcada para o dia 3 de fevereiro.

De acordo com o decreto 3008/2020, todos os(as) servidores(as) que possuem o desconto da contribuição sindical ou de associação na folha de pagamento precisam realizar um procedimento burocrático até o dia 10 de fevereiro para supostamente revalidar uma autorização já apresentada.

Segundo as regras, é necessário acessar a internet utilizando um e-mail institucional e senha, imprimir duas

vias de um documento e entregar pessoalmente no departamento de recursos humanos da repartição pública que pertence.

Para as entidades, o governo está tentando interferir na autonomia dos sindicatos e associações para retirar mais direitos do funcionalismo. Elas denunciam que a prática antissindical fica clara ao constatar que o decreto não exige o suposto cadastramento para a manutenção de descontos realizados por bancos e outras empresas privadas.

“Ficou muito claro que esse decreto foi feito sob medida para atacar

os sindicatos e associações. Bancos e financeiras estão protegidos. Não queremos mais prazo, mas a revogação do decreto ou, pelo menos, sua suspensão a fim de que seja discutido a fundo com os representantes dos servidores”, salientou Olga Estefânia Pereira, da coordenação do Fórum das Entidades Sindicais (FES).

Preocupante - O procurador do Trabalho que presidiu a audiência, Alberto Emiliano de Oliveira Neto, sugeriu que Ratinho amplie em 12 meses o prazo para cumprimento das exigências do decreto. O controlador-geral do

Estado, Raul Clei Coccaro Siqueira, afirmou que o governo se dispõe a prorrogar o prazo, mas não indicou qual seria a nova data.

Para o procurador do Trabalho, as questões sociais que envolvem o tema são preocupantes. Ele disse que muitos(as) servidores(as) podem perder benefícios assistenciais que são oferecidos pelas entidades. “Existe a questão social desenvolvida pelas entidades. Isso me sensibilizou muito. O decreto repercutiu em planos de saúde, funerários, entre outros”, alerta o procurador.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DAS/OS TRABALHADORAS/ES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PRUDENTÓPOLIS

A Presidente do Núcleo Sindical de Irati da APP-SINDICATO, no uso de suas atribuições estatutárias, resolve convocar as/os trabalhadoras/es em Educação Pública da rede municipal de educação de Prudentópolis para participarem da Assembleia Municipal Extraordinária, a ser realizada no dia 31/01/2020, às 14h (quatorze horas) em primeira convocação e às 14h30 (quatorze horas e trinta minutos), em segunda convocação, na Sede Mariana, sito a Rua Rui Barbosa, s/nº, no Município de Prudentópolis/PR, a fim de deliberar acerca da seguinte pauta: 1) Informes; 2) Reajuste do piso; 3) Plano de Carreira dos funcionários; 4) Reestruturação da Direção Municipal; 5) Mobilizações.

Marco Aurélio Gaspar
Presidente do Núcleo Sindical de Irati

ASSEMBLEIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DAS/OS TRABALHADORAS/ES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

A Presidente do Núcleo Sindical de Londrina da APP-SINDICATO, no uso de suas atribuições estatutárias, resolve convocar as/os trabalhadoras/es em Educação Pública da rede municipal de educação de São Jerônimo da Serra para participarem da Assembleia Municipal Extraordinária, a ser realizada no dia 31/01/2020, às 13h30 (treze horas e trinta minutos) em primeira convocação e às 14h (quatorze horas), em segunda convocação, na Câmara Municipal de São Jerônimo da Serra, sito a Rua Raul Proença, nº 375, no Município de São Jerônimo da Serra/PR, a fim de deliberar acerca da seguinte pauta: 1) Informes; 2) Debate sobre reajuste do piso Salarial; 3) Negociações com o Executivo; 4) Mobilizações; 5) Greve; 6) Outros Assuntos.

Márcio André Ribeiro
Presidente do Núcleo Sindical Jacarezinho

QUEM NOS DEFENDE É A APP.

FILIE-SE JÁ!

appindicato.org.br
41 3026-9822

APP
SINDICATO
DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ
Em Defesa da Escola Pública
CUI CNE